



Da Lei ao Ensino: Dificuldade e Desafios de se aplicar á lei 10.639/03.

Autor: Severino Ramos Santana da Silva

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; severinoramos154@gmail.com

Coautor (1): Livia do Nascimento Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; livianascymentoo@hotmail.com

Coautora (2): Julio César Pereira dos Santos

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; julio.chronos@outlook.com

Coautora (3): Doracy Montenegro de Gois

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; montenegrodoracy@gmail.com

Resumo: Este trabalho resultou em uma pesquisa feita na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, na cidade de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, onde esta escola se caracteriza por receber grande parte de seu alunado oriundo de um Quilombo remanescente chamado Caiana dos Criolos. Surgiu de uma grande necessidade da comunidade negra, onde querem buscar seus direitos que por vários anos foram tirados sem nenhuma direito, sendo assim, sem os seus direitos, sem respeito e com muito menos dignidade. Onde podemos trata-se de uma reflexão bibliográfica em cima de publicações já existente, tais quais versam sobre o referido tema. Onde posteriormente faremos um estudo de caso desta lei aplicada na sala de aula e suas dificuldades de se aplicar e quais as impressões destas e sobre a sua utilização ou não desta lei federal no âmbito escolar.

Palavras chaves: Escola, Direito, Comunidade, Negra, Estudo e Lei.

Introdução:

Sendo uma questão não apenas de discutido nas salas de aulas, a questão etnicorracial é um tema político e social discutido por diversos órgãos institucionais, sendo eles de caráter governamental, mas especialmente não governamental, onde podemos abrange aspectos econômicos e culturais relacionando ás condições de vida dos povos marginalizados na sociedade brasileira.

Neste contexto focalizaremos nossas análises no âmbito escolar, que difundem com a historia do Negro, a sua cultura e o seu desenvolvimento da lei no ambiente escolar. Sendo este o papel importante, professores e principalmente alunos tenham mais acesso ao conhecimento relacionado á uma diversidade étnica, onde as instituições educacionais tentam aprender adequadamente a está questão, onde elas podem vim ajudar seus alunos a se reconhecerem no meio



Social em que vivem, sendo assim valorizando assim a diversidade étnica do seu local, sendo este de um tal alcance que pode levar a sobre desenvolverem tal conhecimento étnico.

[...] favorecer a discriminação quando silenciam diante da diversidade e da necessidade de realizar a abordagens de forma positiva ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras. (BRASIL, 2006, p.44).

É preciso reconhecer o sistema escolar brasileiro como estruturalmente pluriétnico, onde é preciso perceber que o tema etnicorracial é fundamental para socialização e produção de uma sociedade sem preconceitos. Como meio de uma produção social, o currículo escolar e o livro didático são uma ferramentas pedagógicas que vem possibilitar a abordagem da história do negro de forma esta positiva, porém as discussões sobre o tema etnicorracial no Brasil revelam que é preciso observar com atenção os conteúdos e configurações de abordagem sobre a história dos negros dos livros didáticos, pois a presença de representações estereotipadas e racistas ainda é um fenômeno presente nos textos didáticos.

Por conseguinte partindo da ideia de que há discriminação racial, demonstraremos aqui as dificuldades e realizações desta escola para conseguir através de seus professores e alunos desenvolver esta lei e assim demonstrar a necessidade e urgência das ações afirmativas como forma de tentar combater a discriminação racial que existe nessa escola.

O Surgimento da lei, por uma dificuldade de se aplicar.

Habitualmente dentre os pesquisadores há uma tendência a trocar o termo raça a favor do termo etnia, tendo em vista que não se mais entendido como legítimo cientificamente o entendimento de raça para uma categoria biológica. “As desigualdades atuais entre os chamados grupos sociais não são consequências de sua herança biológica, mas produtos de circunstâncias sociais históricas e contemporâneas e de conjunturas econômicas educacionais e políticas”. Passando desse principio vimos que nesta escola a dificuldade não estar apenas nos livros didáticos, mas na formação desses professores.

Com vistas às demandas que emergem por força da Lei Federal 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a implementação dessa lei, reivindica que as propostas de reparação à população negra, presentes nessas políticas de ações afirmativas, sejam efetivamente praticadas dentro das escolas, a partir da construção de um currículo que atenda a essas demandas. Para isso, além da Lei e das Diretrizes, discutimos a relação entre raça e educação. Ainda que as discussões das relações étnico raciais sejam inclusivas, entendemos que as escolas, espaços privilegiados de poder, podem usar o seu poder de influenciar a ordem do mundo e nos encorajar para agirmos contra discursos hegemônicos que querem dominar e silenciar os grupos étnicos racialmente minoritarizados.

O racismo, que constrói grande parte na estrutura da sociedade brasileira e perdura nos dias atuais, foi composto por ideais que a elite economicamente dominante estabeleceu, com o intuito de legitimar a escravidão e a constituição de relações sociais no Brasil, após a abolição. Dois movimentos ideológicos foram impostos: o primeiro é o de “ideologia de dominação racial”, a fim de justificar o porquê da escravidão; e o segundo é o “mito da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

democracia racial”, para esconder as consequências dessa escravidão para o negro brasileiro e desigualdades raciais no Brasil. (NUNES, 2013, p33).

Em uma breve entrevista com alguns professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, vimos que a dificuldade é grande, logo que esta escola tenha quase 60% de seus alunos oriundos do quilombo, mas a dificuldade de se aplicar e se desenvolver as leis são bastante difíceis, logo eles alegam que a maior dificuldade é os materiais didáticos, que dizem que a instituição não vem a oferecer o material. Esta preocupação associada à educação se explica pelo fato desta ser a única capaz de construir este novo comportamento social, ou seja, somente através de um sistema educacional integrado com a realidade social é possível se chegar às causas que levam esta deturpação social.

Desta forma, a Educação exerce um papel determinante para o agravamento e superação deste quadro, Nesse cenário, a Escola se torna, inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete, através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais. Contudo, é importante encontrar uma maneira correta de abordar determinada questão, para não cair na redundância ou comodismo de trabalhar assuntos rotineiros de “caráter conteudista”, como por exemplo, limitar o estudo do negro no Brasil ao período escravagista, despertando a falsa impressão de que não foi deixado um legado cultural, com apenas sua força de trabalho se fazendo presente.

As desigualdades raciais como um dado importante da realidade brasileira e como um subproduto da dinâmica da sociedade capitalista, procurou estabelecer relações entre a superação das desigualdades raciais e as desigualdades sociais, propondo, assim, na luta política, a aliança entre a luta racial e a luta de classes. Neste sentido, a Lei 10639/03 pode configurar-se como um instrumento de luta para o questionamento da ordem vigente, na medida em que coloca em xeque construções ideológicas de dominação, fundadoras da sociedade brasileira. (DA ROCHA, 2006,p.06)

A idéia da democracia racial brasileira ainda hoje atravessa as fronteiras do país. Os estudos aqui realizados na década de 50, sobre a questão racial, financiados pela UNESCO, tinham a motivação de averiguar como era possível a boa convivência entre todas as “raças”. No entanto, as pesquisas apontaram para a falácia de tal mito. Para constituir o mito, o Estado brasileiro omitiu dos recenseamentos a composição étnico-racial da população. Nos recenseamentos demográficos realizados em 1900, 1920, 1960 e 1970, o quesito cor foi omitido. No século XX o quesito aparece no Censo de 1950 e a partir do censo de 1980, em virtude da reivindicação do movimento social negro.

Uma ideia diferente destaque de professor: O Simples é o Ideal.

Em meio a grandes preocupações de se destacar, professores nesta mesma Escola tentam dar seu máximo, seja qual for a sua área de atuação. Em meio a tudo isto vem se destacando uma professora, simples, sem muito extrato na escola.

O mais intrigante não é uma professora de História, como é de se esperar, muito menos uma professora de Sociologia, mas sim uma professora de Geografia, sendo ela também negra, mora no centro da cidade, considerada classe média para os padrões da cidade de Alagoa Grande, mas se destacar, não por seus ensinamentos em sala de aula, que também trabalhar muito o conteúdo de África em sala de aula, mas sim por ser de um movimento negro na cidade, e por muitas vezes lutar e defender o direito da comunidade negra de Alagoa Grande.

Essa professora vem se destacando pelos trabalhos corriqueiros que apresenta dentro da escola, com vários trabalhos feitos com alunos da própria escola, ela vem se destacando entre a todos os professores da escola, onde justou o útil ao agradável, onde ela mesma fala: “Encontrei na



minha própria, raiz, o conhecimento necessário, a dificuldade de encontrar o reconhecimento, que me faltava, sendo eu como professora, não poderia ficar de braços cruzados vendo que a escola e principalmente meus alunos ficassem quieto, este é o papel do professor, tentar resolver e colocar curiosidade no aluno”. Este papel que a professora vem a falar é o dever que todos na escola tenham ter, mas que pouco assim como ela queira assumir. O mito da democracia racial foi sem dúvida, a constituição de uma história oficial onde as lutas de resistência dos negros à escravidão e as revoltas e lutas populares foram reduzidas e descaracterizadas. Sendo assim, a ideia da democracia racial, a omissão das desigualdades raciais no país, a negação do negro enquanto um dado real, o silêncio sobre a história de resistência e de identidade política e cultural do negro brasileiro contribuiu com a constituição de uma forte ideologia racial no Brasil.

Assim luta pela superação das desigualdades raciais e social é também uma luta contra ideológica. Desta forma torna-se necessário o restabelecimento de verdades, o preenchimento de lacunas e a superação de visões ideológicas da questão do negro.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2016, p.102)

No entanto, é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos, desta escola tende a aumentar cada vez mais. Onde essas mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. Assim a professora Lucia vem a se destacar no sei meio, onde pra ela através de danças e muita aula de campo ao quilombo, tentar mostrar a todos os alunos a melhor forma de estudar a lei e de aplica-la.

A professora criou um grupo de dança, que se chama Brasil África, para tentar englobar todos os alunos desta escola, ela diz que no começo não foi fácil, tente tanta resistência dos próprios alunos, como também dos pais e da direção da escola, onde a escola queria ficar com o ensino natural e só falar de negro em duas datas especificar, 25 de maio, dia da África e 20 de Novembro, dia da Consciência Negra. Pra ela foi terrível o começo como relata: “Pra mim foi horrível, quando apresentei, minhas propostas na reunião de planejamento, fui taxada por vários colegas e disseram mais ainda, isto não vai dar certo, coisa de negro, quem vai gostar isto é apenas uma inversão sua para não poder dar o seu conteúdo”. Isto mostra o verdadeiro despreparo dos nossos professores que temos hoje, a grande dificuldade não é apenas nos livros didáticos, como eles próprios tentam mostrar, mais sim deles próprios, onde pouco deles querem se interessar pela Lei apresentada.

Diante disso, podemos fazer algumas indagações: como o campo da formação de professores e professoras lida com essas rupturas? Como a alteração da LDB pela Lei nº 10.639/03 se insere nesse contexto? Que novos paradigmas estão se desenhando no horizonte pedagógico mediante a inserção cada vez maior do trato da diversidade cultural e étnico-racial nos currículos? Gostaria de destacar dois pontos para a nossa reflexão. O primeiro refere-se ao lugar da questão racial nos currículos. As reflexões de Santomé (1995) sobre a relação entre currículo e culturas negadas e silenciadas ainda têm inspirado muitas opiniões pedagógicas sobre o trato da questão racial e a diversidade étnico-racial na escola. (GOMES, 2016,p.114)



Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. Então para eles o mais importante é desenvolver o conteúdo apresentado nos livros didáticos, todos aqueles que querem renovar, será taxado de errado, pois estar completamente errado, pois o livro que é à base de tudo, o professor não pode sair do livro e sim deva seguir, custe o que custar.

Quando ela apresentou que seria diferente de seus colegas de escola, ela foi chamada a atenção, tanto dos colegas, quanto da própria direção, mas em nenhum momento, ela desanimou e fez o máximo para dar certo. Numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação desta escola, concordo com o fato de que esse olhar é um alerta importante. A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. No entanto devemos ir mais além.

Destaco o fato de que a presença da cultura na escola e na sala de aula não se manifesta somente de forma imaterial nem é um tema capaz de homogeneizar tudo e todos. Pelo contrário, ela é descontínua, conflituosa e tensa e se materializam por meio de gestos, palavras e ações, muitas vezes, intencionais. Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos. Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar.

O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. No que se refere à questão racial, há que se perguntar: por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de “não poder falar” sobre a questão racial? E quando se fala? O que, como e quando se fala? O que se omite ao falar? O ato de *falar sobre* algum assunto ou tema na escola não é uma via de mão única. Ele implica respostas do “outro”, interpretações diferentes e confrontos de ideias. A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderão romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2016, p.105)

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade.



A cada momento a dificuldade desta professora foi muito mais além do que todos imaginavam, onde da dificuldade, ela transformou em soluções para suas aulas, onde o simples se tornou um ideal, onde hoje ela nos conta que estar ainda difícil, mais não como antigamente, logo no começo, mas uma boa parte tanto dos professores, quanto a direção e principalmente os pais, estão aderindo ao seu jeito de ensinar e de trabalhar na sala de aula.

Considerações Finais

Na tentativa de organizar esse universo variado, tentamos estabelecer uma fronteira metodológica entre professores, alunos, pais e principalmente direção, onde a grande dificuldade, veio da direção em não querer aceitar os desafios proposto pela professora em sala de aula.

Onde o objetivo da pesquisa foi refletir sobre as possíveis contradições presentes no debate da implementação das políticas afirmativas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, dentro do contexto atual das políticas educacionais. O desafio a que nos propusemos foi o de tentar averiguar em que medida essas políticas contribuem com, ou obstaculizam a luta política pela transformação da atual forma de organização da sociedade; forma esta responsável e produtora de diversas formas de desigualdade. O fato da nova legislação, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos da educação básica, reivindicada pelo movimento social negro, estar incluída no interior do debate da chegada das políticas de ações afirmativas. Para tanto, priorizamos metodologicamente um caminho que nos permitiu uma aproximação mais consistente ao nosso objeto.

A análise realizada nos trouxe elementos significativos. Sem sombra de dúvida, a luta contra as desigualdades raciais coloca em xeque pilares da organização social, visto que o racismo é um fenômeno constitutivo da sociedade brasileira. O fato de as políticas afirmativas reivindicadas pelo movimento social negro avançarem, ganharem terreno no momento em que são incorporadas pelo discurso dos organismos financeiros internacionais, na perspectiva da manutenção do sistema capitalista, foi um dos dilemas e a contradição que apresentamos durante o trabalho.

Em nosso entendimento, além de possível, é necessário aliarmos a luta pela igualdade racial à luta de classes. Em que pesem as contradições e dilemas, a luta específica pode reforçar a luta geral. Para tanto, a dinâmica da desigualdade racial deve ser entendida na sua relação com a dinâmica da desigualdade social.

Não podemos tomar as contradições como empecilho para o desenvolvimento da luta política contra as desigualdades raciais e sociais, visto que a história tem um movimento dialético. Sendo assim, elas precisam ser exploradas e analisadas, a fim de que a atuação dos atores sociais não se dê de forma ingênua. É preciso conhecer o terreno em que se está pisando.

A atual conjuntura econômica e ideológica tem produzido através de um conjunto de ideias e lacunas, uma falsa convicção de que essa é a forma de organização social mais avançada e possível, não existindo assim possibilidade de outras formas de organização social. Descarta-se, assim, qualquer possibilidade de soluções totalizantes para os problemas “naturais” da sociedade.

No entanto, a cultura não pode ser tratada como a determinação central para a análise dos fenômenos sociais. Nem o determinismo econômico, nem o determinismo cultural dão conta de explicá-los. Nesta perspectiva, uma questão que necessitará de uma análise mais cuidadosa, em outro momento, no campo do currículo, é o multiculturalismo, que surge com força nos debates educacionais e vem engravidado das ideias pós-modernistas. Embora dentro do espaço do conceito da multi-culturalidade existam disputas.

Referências

MARTINS, Eliane Cordeiro: Mestre em Sociologia Rural/ UFPB e doutoranda em Teologia pelo seminário Teológico Batista do Norte do Brasil- Recife/PE.

DE ANDRADE, Maristela Oliveira: Professora do Programa de pós-graduação em Ciências das religiões da UFPB.



CHAGAS, Waldeci Ferreira: Professor do Departamento de História da UEPB/GUARABIRA.

DA SILVA, José Antônio Novaes: Professor Adjunto II do Departamento de Biologia Molecular, Centro de Ciências Exatas e da natureza da UFPB.

DA ROCHA, Luiz Carlos Paixão: Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre do curso de Mestrado em Educação e Trabalho, linha de pesquisa “Políticas e Gestão em Educação”, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2006.

GOMES, Nilma Lino: Professora Associada da Faculdade de Educação da UFMG. Doutora em Antropologia Social/USP e Pós-Doutora em Sociologia – Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra. Coordenadora Geral do Programa Ações Afirmativa na UFMG, 2012.

SILVA, Ana Célia Da. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SCOTTI, Maria Aparecida de Souza. O Estado da Arte do Livro Didático: Sua Distribuição, Seleção e Uso. Monografia de Pós-Graduação. CCE - Centro de Ciências da Educação. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUEDES/ NUNES/ ANDRADE, Elocir/ Pâmela/ Tatiane de: O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial © by PPGH-UNISINOS

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira: LEI 10.639/03: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISMO NO BRASIL. Aluna do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural – UNEB; pesquisadora FAPESB. Ano VII, V.16, jul-dez de 2012 - ISSN 1980-8879 | p. 103-116.

CHAVES, Amanda (Graduanda do 6º Semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP); SHAUN Ângela (Profa. Ângela Schaun, doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunto I da Universidade Presbiteriana Mackenzie). A CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM FOCO: 10 ANOS DA APROVAÇÃO DA LEI 10.639/03 E O PAPEL DA MÍDIA – UM OLHAR SOBRE O JORNAL FOLHA DE S. PAULO - JANEIRO DE 2003 E 2013.

SILVA, VALDIR DE LIMA. CULTOS AFRO-BRASILEIROS NA PARAÍBA: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO ' 01/06/2011 200 f. MESTRADO ACADÊMICO em CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA , JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SOUZA, KEDMA MENDONCA PEREIRA DE. A JUREMA COMO ESPAÇO DE CURA ' 01/12/2011 100 f. MESTRADO ACADÊMICO em CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA , JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: CENTRAL UFPB



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

NASCIMENTO, MORONI LAURINDO DO. "O NOSSO AXÉ É AFRICANO...MAS, O CABOCLO É MAIS BONITO" ' 01/08/2012 110 f. MESTRADO ACADÊMICO em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO , RECIFE Biblioteca Depositária: CENTRAL UFPE

HORTA, ANA PAULA SANTOS. **OS REIS DA CANASTRA: OS SENTIDOS DA DEVOÇÃO NAS FOLIAS** ' 01/04/2011 160 f. MESTRADO ACADÊMICO em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO , SÃO PAULO Biblioteca Depositária: SBD / CAPH